

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	473.629.304
Preferenciais	476.110.281
Total	949.739.585
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	4.455.474	4.343.394
1.01	Ativo Circulante	533.496	532.122
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.801	351
1.01.02	Aplicações Financeiras	75.927	51.989
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	75.927	51.989
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	75.927	51.989
1.01.03	Contas a Receber	272.537	277.521
1.01.03.01	Clientes	266.962	272.133
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.575	5.388
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	5.575	5.388
1.01.04	Estoques	146.221	130.961
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.318	54.799
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.318	54.799
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.692	16.501
1.01.08.03	Outros	17.692	16.501
1.02	Ativo Não Circulante	3.921.978	3.811.272
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	241.829	227.743
1.02.01.04	Contas a Receber	27.041	27.419
1.02.01.04.01	Clientes	27.041	27.419
1.02.01.07	Tributos Diferidos	55.108	60.611
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.108	60.611
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	159.680	139.713
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	113.608	116.551
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro	8.325	8.325
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Bens	37.747	14.837
1.02.02	Investimentos	34	34
1.02.02.01	Participações Societárias	34	34
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	34	34
1.02.03	Imobilizado	1.266.992	1.201.602
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	59.994	58.489
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.206.998	1.143.113
1.02.04	Intangível	2.413.123	2.381.893
1.02.04.01	Intangíveis	2.413.123	2.381.893
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.413.123	2.381.893

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	4.455.474	4.343.394
2.01	Passivo Circulante	785.217	704.144
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	69.851	59.091
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.407	15.776
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	57.444	43.315
2.01.02	Fornecedores	148.773	141.913
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	148.773	141.913
2.01.03	Obrigações Fiscais	44.448	74.318
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.760	73.467
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.574	52.460
2.01.03.01.02	REFIS	8.149	8.418
2.01.03.01.03	COFINS	15.125	8.755
2.01.03.01.04	Outros	4.912	3.834
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	688	851
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	427.002	317.791
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	238.702	160.223
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	150.680	62.569
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	88.022	97.654
2.01.04.02	Debêntures	172.628	145.696
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	15.672	11.872
2.01.05	Outras Obrigações	5.447	25.159
2.01.05.02	Outros	5.447	25.159
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.614	21.849
2.01.05.02.07	Outros	2.833	3.310
2.01.06	Provisões	89.696	85.872
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	89.696	85.872
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	89.696	85.872
2.02	Passivo Não Circulante	1.724.809	1.778.339
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.326.869	1.357.990
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	944.037	914.420
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	499.326	409.160
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	444.711	505.260
2.02.01.02	Debêntures	358.906	438.955
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	23.926	4.615
2.02.02	Outras Obrigações	73.422	53.468
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	21.853	27.271
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	21.853	27.271
2.02.02.02	Outros	51.569	26.197
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	30.127	4.755
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	3.176	3.176
2.02.03	Tributos Diferidos	63.543	66.187
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	63.543	66.187
2.02.04	Provisões	260.975	300.694
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	260.975	296.194
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.486	10.486

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	185.640	220.803
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	64.849	64.905
2.02.04.02	Outras Provisões	0	4.500
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	4.500
2.03	Patrimônio Líquido	1.945.448	1.860.911
2.03.01	Capital Social Realizado	1.118.641	1.118.641
2.03.02	Reservas de Capital	135.898	86.663
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	135.898	86.663
2.03.03	Reservas de Reavaliação	79.485	80.546
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	79.485	80.546
2.03.04	Reservas de Lucros	492.022	492.022
2.03.04.01	Reserva Legal	34.887	34.887
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	457.135	457.135
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	40.435	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	80.389	84.461
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.422	-1.422

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	386.362	790.937	310.277	645.689
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-250.631	-479.601	-191.649	-373.911
3.03	Resultado Bruto	135.731	311.336	118.628	271.778
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-97.638	-185.953	-115.614	-196.286
3.04.01	Despesas com Vendas	-27.316	-51.468	-20.862	-40.354
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-76.439	-141.043	-96.692	-158.657
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.255	6.979	2.102	4.553
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-138	-421	-162	-1.828
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.093	125.383	3.014	75.492
3.06	Resultado Financeiro	-29.697	-71.615	-38.949	-18.933
3.06.01	Receitas Financeiras	12.143	18.884	7.410	15.164
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.840	-90.499	-46.359	-34.097
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.396	53.768	-35.935	56.559
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.020	-18.433	12.092	-19.054
3.08.01	Corrente	-3.203	-15.574	11.463	-20.721
3.08.02	Diferido	183	-2.859	629	1.667
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.376	35.335	-23.843	37.505
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.376	35.335	-23.843	37.505
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00541	0,03553	-0,02599	0,04088
3.99.01.02	PN	0,00591	0,03888	-0,02851	0,04485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	5.376	35.335	-23.843	37.505
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.565	-5.132	-2.597	-5.162
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	-3.886	-7.775	-3.935	-7.822
4.02.02	Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	1.321	2.643	1.338	2.660
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.811	30.203	-26.440	32.343

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	121.350	39.460
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	134.362	56.150
6.01.01.02	Lucro de Líquido Exercício	35.335	37.505
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	95.629	53.801
6.01.01.04	Depreciação - Crédito de Tributos	4.734	3.567
6.01.01.05	AVP Direito de Uso de Bem	201	-939
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	2.859	-1.667
6.01.01.07	Provisão para Contingência	-4.556	-810
6.01.01.08	Variação Cambial não Realizada	0	-35.560
6.01.01.09	Alienação do Imobilizado	160	253
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.012	-16.690
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	5.549	1.697
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-5.605	-8.251
6.01.02.03	Estoques	-15.260	-31.398
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	2.943	-12.484
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	38.481	28.009
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	10.760	11.679
6.01.02.07	Tributos a Recolher	-4.498	-51.543
6.01.02.08	PDVI	-31.339	-3.894
6.01.02.09	Fornecedores	6.860	52.643
6.01.02.10	Convenios com Prefeituras	1.587	0
6.01.02.12	Pagamento de Dividendos	-19.235	0
6.01.02.20	Outros	-3.255	-3.148
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-197.144	-251.963
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-197.144	-251.963
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	104.182	168.758
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	182.922	217.650
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-127.942	-58.212
6.03.03	Ajustes Patrimoniais e Outros	-33	137
6.03.04	Aumento de Capital	49.235	9.183
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.388	-43.745
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52.340	94.524
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80.728	50.779

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.118.641	86.663	492.022	0	163.585	1.860.911
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.118.641	86.663	492.022	0	163.585	1.860.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	49.235	0	0	0	49.235
5.04.08	AFAC Governo do Estado	0	49.235	0	0	0	49.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.335	0	35.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.335	0	35.335
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.100	-5.133	-33
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.775	-7.775	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.643	2.643	0
5.06.04	Baixas de Investimentos	0	0	0	-33	0	-33
5.06.05	Outros Ajustes	0	0	0	1	-1	0
5.07	Saldos Finais	1.118.641	135.898	492.022	40.435	158.452	1.945.448

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.030.563	45.851	441.152	0	154.419	1.671.985
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.030.563	45.851	441.152	0	154.419	1.671.985
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.176	0	0	0	10.176
5.04.08	AFAC Governo do Estado (em espécie)	0	9.183	0	0	0	9.183
5.04.09	AFAC Governo do Estado (reclassificação de contas)	0	993	0	0	0	993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.505	0	37.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.505	0	37.505
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.079	-5.211	-132
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.822	-7.822	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.659	2.659	0
5.06.05	Outros	0	0	0	185	-48	137
5.06.06	Baixas de investimentos	0	0	0	-269	0	-269
5.07	Saldos Finais	1.030.563	56.027	441.152	42.584	149.208	1.719.534

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	861.097	702.769
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	874.424	713.184
7.01.02	Outras Receitas	6.559	2.726
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.886	-13.141
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-305.640	-263.051
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-181.561	-121.379
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115.476	-128.549
7.02.04	Outros	-8.603	-13.123
7.03	Valor Adicionado Bruto	555.457	439.718
7.04	Retenções	-110.509	-63.633
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-95.629	-53.801
7.04.02	Outras	-14.880	-9.832
7.04.02.01	Depreciação - crédito de tributos	-4.734	-3.567
7.04.02.02	Amortização dto de uso de bem	-10.146	-6.265
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	444.948	376.085
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.884	15.164
7.06.02	Receitas Financeiras	18.884	15.164
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	463.832	391.249
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	463.832	391.249
7.08.01	Pessoal	197.188	199.039
7.08.01.01	Remuneração Direta	137.248	119.764
7.08.01.02	Benefícios	37.014	33.600
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.555	9.149
7.08.01.04	Outros	12.371	36.526
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	140.810	120.608
7.08.02.01	Federais	140.596	120.485
7.08.02.02	Estaduais	187	100
7.08.02.03	Municipais	27	23
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	90.499	34.097
7.08.03.01	Juros	101.884	67.973
7.08.03.03	Outras	-11.385	-33.876
7.08.03.03.01	Variações monetárias e cambiais	-19.387	-35.560
7.08.03.03.02	Outras despesas de financiamentos	1.424	1.684
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	6.578	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.335	37.505
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.335	37.505



Comentário do Desempenho

Desempenho do 2º Trimestre 2023 - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

1. INTRODUÇÃO

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, uma empresa pública de economia mista, de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas. Iniciou suas operações no ano de 1971, e desde sua fundação tem como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina.

A prioridade número um é desenvolver seus serviços, traduzidos em sua missão: “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Demonstramos abaixo indicadores operacionais da companhia no final do 2º trimestre de 2023:

Discriminação	30/06/2023	30/06/2022	Incremento
Ligações de Água	836.746	816.220	20.526
Ligações de Esgoto	146.979	138.506	8.473
Unidades Autônomas de Água	1.252.369	1.215.475	36.894
Unidades Autônomas de Esgoto	361.828	342.477	19.351
População. Abast. c/ Água	2.687.058	2.700.990	-13.932
Índice de Abast. De Água	99,2%	99,0%	0%
População. Atendida c/Esgoto	896.678	846.430	50.248
Índice de Abast. De Esgoto	33,1%	31,0%	2,1%
Localidades Abastecidas c/Água	291	291	0
Localidades Abastecidas c/Esgoto	40	40	0
Número de Empregados	2.603	2.573	30
Ligações (A+E) /Empregados	378	371	7
Desp. Pessoal/Receita Operacional Líquida	29%	37%	-8%



Comentário do Desempenho

3. INVESTIMENTOS

A preocupação com o atendimento à população do Estado, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários levou a Companhia a investir em infraestrutura até o 2º trimestre de 2023 o montante de R\$197 milhões.



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO ATÉ O TRIMESTRE

ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2022

Ativo Circulante

Manteve-se estável, apresentando um aumento de menos de 1%, principalmente em função do aumento Caixa, Aplicações financeiras e Estoques e da redução dos Tributos a Recuperar. A liquidez corrente do período ficou em 0,68.

Ativo não Circulante - Investimentos

Verificou-se um acréscimo de 2,9% nas rubricas do ativo realizável a longo prazo e "permanente", decorrente principalmente de novas obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Percebeu-se também que a conta Obras em andamento obteve acréscimo de 5,6%, correspondente a continuidade de obras e também início de novas obras.



Comentário do Desempenho

Passivo Circulante

Verificou-se um aumento de 11,5%. A conta que obteve um aumento considerável foi a de Empréstimos e financiamentos, com 34,5%, especialmente pelos novos empréstimos do Banco do Brasil e BBM. Também houve um acréscimo nos contratos de Arrendamento Mercantil.

Passivo Não Circulante

Verificou-se uma queda de 3% do total. As rubricas que mais contribuíram para essa queda foram as de Empréstimos e Financiamento e PDVI.

RESULTADO

Receita Operacional Bruta

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, as receitas apresentaram um aumento de 22,6%, ocasionado principalmente pelo reajuste tarifário ocorrido em julho/2022 de 16,01% e do crescimento da base de clientes.

	2º ITR 2023	2º ITR 2022	Variação	Variação %
Tarifas de água	681.448	558.769	122.679	22,0%
Tarifas de esgoto	183.290	146.499	36.791	25,1%
Outras	9.686	7.916	1.770	22,4%
Total	874.424	713.184	161.240	22,6%

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de 17,3% em comparação com o mesmo período de 2022, decorrente principalmente da inflação dos insumos, aumento do consumo de materiais de tratamento, e amortização.

	2º ITR 2023	2º ITR 2022	Variação	Variação %
Pessoal	235.736	232.863	2.873	1,2%
Materiais	61.030	43.872	17.158	39,1%
Serviços de Terceiros	171.249	167.968	3.281	2,0%
Gerais	78.437	55.012	23.425	42,6%
Depreciação/Amortização	125.660	73.207	52.453	71,6%
Total	672.112	572.922	99.190	17,3%



Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, ocorreu um aumento de quase 274,3% do resultado financeiro, decorrente do aumento das despesas financeiras, ocasionada principalmente pelos juros e taxas de empréstimos e também pela variação monetária cambial

	2 ITR 2023	2 ITR 2022	Variação	Variação %
Receitas financeiras	18.884	15.164	3.720	24,5%
Despesas financeiras	(90.499)	(34.097)	(49.824)	165,4%
Total	(71.615)	(18.933)	(46.104)	274,3%

Lucro Líquido do Exercício

Em 30 de junho de 2023 apurou-se Lucro na Companhia, no montante de aproximadamente R\$35 milhões, sendo 6,00% inferior ao mesmo período do ano de 2022.

O reajuste tarifário concedido à CASAN melhorou a receita operacional. O principal fator que resultou na redução no lucro apurado são a reversão para despesas de alguns ativos (especialmente investimentos) e o atípico resultado financeiro positivo que foi sendo apurado até o 2º ITR de 2022, decorrente especialmente da forte variação cambial registrada naquele período.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de junho de 2023, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 193 municípios catarinenses (66% dos municípios) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 177 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor e 14 municípios estão com os Contratos vencidos, sendo que dos 177 municípios que possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, em 164 foram inseridas as metas de universalização previstas na LEI Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 87% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios (30) a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratualização e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios que terão o prazo de vencimento dos Contratos de Programa ou Convênios expirados, por ano:

Notas Explicativas

ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS VIGENTES – Nº DE MUNICÍPIOS							
2023	12	2031	1	2041	2	2049	13
2024	7	2032	3	2042	12	2050	8
2025	3	2034	7	2043	10	2052	1
2026	2	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11		

Total de 177 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 17 de julho de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- O ativo atuarial de benefício definido-BD é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.



Notas Explicativas

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, sendo a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão inclusas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Imobilizado e Intangível

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.



Notas Explicativas

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto.
- Ações preferenciais: O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.



Notas Explicativas

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis, em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas Explicativas

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.



Notas Explicativas

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARES para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Notas Explicativas

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.



Notas Explicativas

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- (iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.



Notas Explicativas

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

Notas Explicativas

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

r. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.



Notas Explicativas

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- (i) se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- (ii) qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2026.

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
VENCIMENTO DAS PRESTAÇÕES	ANO 2023	ANO 2022
2023	20.899	12.526
2024	15.970	3.898
2025	12.760	908
2026	4.327	22

- (iii) juros incorridos no período (ajuste a valor presente);

Conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

- (iv) PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

O passivo de arrendamento foi mensurado, no reconhecimento inicial, pelo valor integral obtido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa de pagamentos de arrendamentos, sem qualquer segregação dos tributos a recuperar;

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

ATIVO	31/12/2022	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	30/06/2023
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	14.837	33.093	(15)	(10.168)	37.747

PASSIVO	31/12/2022	Revisão / novos contratos	Amorti-zação	Ajuste a valor presente	30/06/2023
Contratos de Arrendamento Mercantil	16.487	33.093	(9.943)	(39)	39.598
Circulante	11.872				15.672
Não Circulante	4.615				23.926

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco de Mercado

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	1.714.273	1.659.294
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(4.801)	(351)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(75.927)	(51.989)
Dívida Líquida	1.633.545	1.606.954
Total do Patrimônio Líquido	1.945.448	1.860.911
Capital Total	4.455.474	4.343.394
Índice de Alavancagem	37%	37%
Participação de Capital Próprio	44%	43%



Notas Explicativas

4.3 Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.801	351
Aplicações Financeiras e Títulos	75.927	51.989
Contas a Receber de clientes (Líquido de PDD)	294.003	299.552
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.181.540)	(1.056.380)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(532.733)	(602.914)

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;

Notas Explicativas

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados a taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Inde-		07/2023 a	12,5%	-12,5%	25%	-25%	50%	-50%
xador		06/2024						
Passivo Financeiro		165.248	185.904	144.592	206.560	123.936	247.872	82.624
CAIXA	UPR	16.270	18.303	14.236	20.337	12.202	24.404	8.135
BNDDES	URTJLP	673	757	589	841	505	1.009	336
Debêntures	CDI	86.443	97.248	75.637	108.053	64.832	129.664	43.221
Banco Safra	CDI	4.356	4.900	3.811	5.445	3.267	6.533	2.178
Banco do Brasil	CDI	24.284	27.320	21.249	30.356	18.213	36.427	12.142
ABC	CDI	9.008	10.134	7.882	11.260	6.756	13.511	4.504
Santander	CDI	15.107	16.996	13.219	18.884	11.331	22.661	7.554
Votorantim	CDI	7.506	8.444	6.567	9.382	5.629	11.258	3.753
BBM		1.602	1.802	1.402	2.003	1.202	2.403	801
	CDI	13,65	15,356	11,944	17,0625	10,2375	20,475	6,825
	UPR	22,3533	25,1474	19,5591	27,9416	16,7649	33,5299	11,1766
	URTJLP	2,0799	2,3398	1,8199	2,5998	1,5599	3,1198	1,0399

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:



Notas Explicativas

		Moeda	30/06/2023	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo									
Financeiro			532.733	599.325	466.141	665.916	399.550	799.100	266.367
AFD	Euro		211.803	238.278	185.328	264.754	158.852	317.705	105.902
JICA	Ien		320.930	361.046	280.814	401.163	240.698	481.395	160.465
	Euro		5,2626	5,9204	4,6048	6,57825	3,94695	7,8939	2,6313
	Ien		0,03336	0,0375	0,0292	0,0417	0,02502	0,05004	0,01668

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros



Notas Explicativas

fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

Notas Explicativas

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios são as seguintes:

	30/06/2023			30/06/2022		
	Água	Esgoto	Total na DRE	Água	Esgoto	Total na DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	691.077	183.347	874.424	566.637	146.548	713.185
Deduções da receita bruta	(65.985)	(17.502)	(83.487)	(53.701)	(13.795)	(67.496)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	625.092	165.845	790.937	512.936	132.753	645.689
Amortização operacional			(59.475)			(49.537)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos			(420.126)			(324.374)
Lucro bruto			311.336			271.778
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(192.511)			(199.011)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			6.558			2.725
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			125.383			75.492

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Total do Ativo Circulante	533.496	532.122
Contas a receber de clientes, líquido	27.041	27.419
Ativo financeiro	8.325	8.325
Depósitos dados em garantia	113.608	116.551
Ativo fiscal diferido	55.108	60.611
Direito de Uso de Bem	37.747	14.837
Total do ativo não circulante	241.829	227.743
Investimentos	34	34
Imobilizado	59.994	58.489
Obras em andamento	1.206.998	1.143.113
Ativo intangível	2.413.123	2.381.893
Ativos dos segmentos reportados	3.680.149	3.583.529
Ativo total, conforme balanço patrimonial	4.455.474	4.343.394

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

Receita Operacional por Superintendência:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	307.331	122.141	237.144	99.118
Sul/Serra	124.221	28.084	102.734	19.186
Oeste	146.996	24.120	119.488	19.756
Norte/Vale	112.529	9.002	107.271	8.488
Total	691.077	183.347	566.637	146.548

Receita Operacional por Município:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	163.892	91.632	132.751	75.032
Chapecó	40.399	16.372	33.342	13.689
Criciúma	48.598	20.118	40.931	12.832
Rio do Sul	17.669	-	15.055	-
São José	66.976	25.557	55.911	21.119
Outros	353.543	29.668	288.647	23.876
Total	691.077	183.347	566.637	146.548

Resumo dos custos e despesas

	30/06/2023	30/06/2022
Custo serviços prestados e produtos vendidos	479.601	373.911
Despesas Vendas	51.468	40.354
Despesas Gerais e Administrativas	141.043	158.657
Total	672.112	572.922

Resumo das receitas

Receitas	30/06/2023	30/06/2022
Água	691.077	566.637
Esgoto	183.347	146.548
Total	874.424	713.185

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

Notas Explicativas

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Bens numerários	-	-
Bancos	4.801	351
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	4.801	351

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

Em 30 de junho de 2023, o montante de R\$75.927 (R\$51.989 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$75.927 em 30 de junho de 2023, R\$440 refere-se à aplicação dos Recursos destinados especificamente a obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$75.487, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia de Águas e Saneamento, por todos os empregados e administradores.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Consumidores finais	253.585	239.700
Entidades públicas	17.080	11.774
Consumo a faturar	63.837	79.837
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(67.540)	(59.178)
Total Circulante	266.962	272.133
Não circulante		
Consumidores finais	18.941	18.711
Entidades públicas	8.100	8.708
Créditos reconhecidos como perdas	301.996	290.224
(-) Perdas reconhecidas	(301.996)	(290.224)
Total Não circulante	27.041	27.419
Total Contas a Receber de Clientes	294.003	299.552

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de junho de 2023, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	25.474	5.090	2.466	10.531	33.800	77.361
Industrial	3.972	723	188	758	5.691	11.332
Pública	17.384	3.823	2.936	14.106	100.673	138.922
Residencial	117.116	39.673	11.321	42.145	161.832	372.087
Consumo a faturar	63.837	-	-	-	-	63.837
	227.783	49.309	16.911	67.540	301.996	663.539
PCLD	-	-	-	(67.540)	(301.996)	(369.536)
Total Contas a Receber	227.783	49.309	16.911	-	-	294.003

a) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 30 de junho de 2023 a conta apresenta um saldo de R\$13.672 (R\$13.808 em 31 de dezembro de 2022).

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	30/06/2023	31/12/2022
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	146.221	130.961

O aumento dos estoques se deu por conta do aumento dos custos dos insumos, além do aumento do nº de itens em estoques em função das obras do planejamento hídrico.



Notas Explicativas

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de Renda a compensar	9.226	38.222
Contribuição Social a compensar	3.335	14.174
Impostos retidos a recuperar	3.532	2.226
Outros	225	177
Total	16.318	54.799

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores	7.578	7.570
Convênios com prefeituras	2.958	4.545
Adiantamentos a empregados	5.032	2.147
Pagamentos reembolsáveis	1.185	1.288
Outros créditos	939	951
Total	17.692	16.501

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

13. ATIVO FINANCEIRO

Até 30 de junho de 2023 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2022	Saldo Contábil 30/06/2023
Morro da Fumaça	4.438	555	3	2.774	1.664
Bombinhas	6.933	850	2	5.167	1.766
Ilhota	1.498	188	2	1.122	376
Princesa	189	24	3	118	71
Guabiruba	2.062	258	3	1.289	773
Videira	9.798	1.225	3	6.123	3.675
Total	24.918	3.100		16.593	8.325

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Itajaí	2005	30.000
Itapoá	2007	3.469	Joinville	2005	135.000
Imbituba	2014	25.037	Papanduva	2005	800
Massaranduba	2010	2.486	Três Barras	2011	2.281
Meleiro	2009	571	Timbó	2005	5.000
Palhoça	2007	10.000	Itapema	2005	4.000
Penha	2012	8.896	São José do Cedro	2014	3.584
Praia Grande	2013	1.078	Lages	2005	110.000
Presidente Getúlio	2010	4.536	Garuva	2012	475
João Batista	2005	1.900	Gravatal	2015	8.308
Bombinhas	2017	7.100	Videira	2018	9.000
Princesa	2017	191	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					482.705

Notas Explicativas

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	30/06/2023				31/12/2022
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão crédito. liquid. duvidosa	67.540	16.885	6.078	22.963	20.121
Provisão contingências trabalhistas	10.486	2.621	944	3.565	3.565
Provisão contingências cíveis	64.849	16.212	5.837	22.049	22.067
Provisão contingências ambientais	-	-	-	-	1.530
Prejuízo Fiscal	19.210	4.802	1.729	6.531	13.328
Total	162.085	40.520	14.588	55.108	60.611

Classificação do ativo diferido:

Realizável a longo prazo	55.108	60.611
--------------------------	---------------	---------------

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão crédito. deved. duvidosa	Prejuízo Fiscal	Ajuste a Valor Justo	Total
Em 01 de janeiro de 2022	26.562	20.541	13.328	-	60.431
Creditado/Debitado à DRE	601	(421)	-	-	180
Em 31 de dezembro de 2022	27.163	20.120	13.328	-	60.611
Creditado/Debitado à DRE	(1.549)	2.843	(6.797)	-	(5.503)
Em 30 de junho de 2023	25.614	22.963	6.531	-	55.108

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Intangível, Imobilizado e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Ativos Intangíveis

	31/12/2022 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	30/06/2023 Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição	986.188	(48.889)	(211)	103.329	1.040.417
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	1.395.705	(46.670)	-	23.671	1.372.706
Total	2.381.893	(95.559)	(211)	127.000	2.413.123

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais

Notas Explicativas

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	30/06/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.994	(8.338)	8.656	8.914
Concórdia	111.220	(14.849)	96.371	91.844
Chapecó	252.725	(99.195)	153.530	153.191
Criciúma - Local e Integrado	444.584	(152.790)	291.794	297.325
Curitibanos	122.733	(17.612)	105.121	107.288
Florianópolis - Local e Integrado	1.299.407	(607.102)	692.305	703.478
Laguna	109.045	(21.898)	87.147	82.219
Rio do Sul - Local e Integrado	47.871	(17.174)	30.697	25.472
Santo Amaro da Imperatriz	22.599	(8.812)	13.787	12.943
São Joaquim	66.785	(19.109)	47.676	46.368
São José	101.005	(42.577)	58.428	58.647
São Miguel do Oeste - Local e Integ.	31.364	(11.898)	19.466	19.499
Siderópolis	16.364	(5.687)	10.677	10.495
Demais 181 Municípios	1.070.476	(273.008)	797.468	764.210
Total	3.713.172	(1.300.049)	2.413.123	2.381.893

b) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

	30/06/2023	31/12/2022
Água		
Produção	312.242	277.166
Distribuição	83.780	59.492
Projetos e obras de operação Imediata	23.106	47.810
Total Água	419.128	384.468
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	765.123	698.927
Projetos e obras de operação Imediata	1.025	3.357
Total Esgoto	766.148	702.284
Projetos e obras administrativas	7.920	18.086
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	13.802	38.275
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	21.722	56.361
Total Obras em Andamento	1.206.998	1.143.113

Notas Explicativas

De janeiro a junho de 2023, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de R\$197.028.

c) **Ativos Imobilizados (administrativos)**

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2022 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	30/06/2023 Líquido
Ativos Administrativos	58.489	(4.598)	(155)	6.258	59.994

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação. O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Ativos reavaliados	250.436	260.854
Tributos sobre a reavaliação	(63.543)	(66.187)
Saldo da reavaliação	186.893	194.667

d) **Depreciação e Amortização**

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30/06/2023	31/12/2022
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/06/2023		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Operações no exterior:			
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	229.592	(17.789)	211.803
Japan International Cooperation Agency - JICA	343.775	(22.845)	320.930
Total Operações líquidas no exterior	573.367	(40.634)	532.733
Operações no país:			
Caixa Econômica Federal – CAIXA	314.278	(116.880)	197.398
Debêntures	717.914	(186.380)	531.534
Banco Safra	44.578	(5.290)	39.288
Banco do Brasil	264.869	(99.709)	165.160
Banco ABC	84.384	(14.222)	70.162
Banco Santander	137.106	(39.687)	97.419
Banco Votorantim	62.197	(11.636)	50.561
Banco BBM	30.018	-	30.018
Total Operações Líquidas no país	1.655.344	(473.804)	1.181.540
Total Empréstimos e Financiamentos	2.228.711	(514.438)	1.714.273

Abaixo a comparação com o ano de 2022, pelo seu valor líquido:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	54.309	57.744	157.494	194.454	Nota Explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	33.713	39.910	287.217	310.806	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	88.022	97.654	444.711	505.260	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal – CAIXA	12.214	10.773	185.184	190.187	Nota Exp.
Debêntures	172.628	145.696	358.906	438.955	Nota Exp.
Banco Safra	23.621	25.271	15.667	27.417	Nota Exp.
Banco ABC	36.986	9.249	33.176	63.706	Nota Exp.
Banco do Brasil	17.938	9.127	147.222	38.187	Nota Exp.
Banco Santander	14.759	5.468	82.660	41.746	Nota Exp.
Banco Votorantim	15.144	2.681	35.417	47.917	Nota Exp.
Banco BBM	30.018	-	-	-	Nota Exp.
Total Operações no país	323.308	208.265	858.232	848.115	
Total Empréstimos e Financiamentos	411.330	305.919	1.302.943	1.353.375	

a. Em 30 de junho de 2023 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

b. As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	30/06/2023
2023	209.336
2024	403.470
2025	373.066
Após 2026	728.401
Total	1.714.273

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,2626 em 30 de junho de 2023 e R\$5,5694 em 31 de dezembro de 2022 e, 1 Iene equivalente a R\$0,03336 em 30 de junho de 2023 e R\$0,03957 em 31 de dezembro de 2022.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$211.803 equivalente a €40.247

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 30 de junho de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$322.393 (¥9.664.047) para as obras e de R\$79.799 (¥2.392.057) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$320.930 equivalente a ¥ 9.620.204.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30/06/2023	31/12/2022
2010	2032	17.448	17.956
2012	2034 a 2036	179.950	183.004
Total		197.398	200.960



Notas Explicativas

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$531.534.

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – "base over", divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$39.288.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$44.357.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$50.336.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de



Notas Explicativas

maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$70.467.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$45.054.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (Vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento único em 16 de fevereiro de 2024. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$25.108.

Banco Santander

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$46.600 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$47.161.

Em 20 de Janeiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,96% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 22 de abril de 2024 e final em 20 de janeiro de 2028. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$50.258

Banco Votorantim

Em 04 de Novembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Votorantim no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com encargos de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 3% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 04 de dezembro de 2023 e final em 03 de novembro de 2025. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$50.561.

Banco BBM

Em 28 de Abril de 2023, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM no valor de R\$30.000 (Trinta milhões de reais), com juros de 100% da taxa DI, acrescido de spread de 3,% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 5 meses, com vencimento único em outubro de 2023. Em 30 de junho de 2023 o saldo devedor é de R\$30.018.

Notas Explicativas

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante:		
Provisão para férias/13ª salário	53.097	39.167
INSS	7.434	7.415
FGTS	1.730	2.581
IR s/folha de pagamento	2.686	5.218
Consignações	4.326	4.110
Outros	578	600
Total Circulante	69.851	59.091
Não Circulante:		
Participação em resultados	3.176	3.176
Total Não Circulante	3.176	3.176

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 apresentam os seguintes valores:

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante:		
REFIS	8.149	8.418
COFINS	8.919	8.755
COFINS PARCELAMENTO	6.206	-
PIS	1.930	1.896
PIS PARCELAMENTO	1.341	-
Imposto de Renda - retenções	179	191
Imposto de Renda sobre lucro real	11.374	38.171
PIS/COFINS/CSLL - retenções	669	558
INSS de terceiros	793	1.189
Contribuição social sobre lucro real	4.200	14.289
Outros	688	851
Total circulante	44.448	74.318
Não circulante:		
REFIS	985	4.755
COFINS PARCELAMENTO	23.964	-
PIS PARCELAMENTO	5.178	-
Total não circulante	30.127	4.755

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

Em abril de 2022, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento, conforme regras da receita federal.

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

Natureza	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Saldo anterior	8.418	7.968	4.755	12.449
Transferências	4.014	8.646	(4.014)	(8.646)
Atualizações (TJLP)	-	-	244	952
Amortizações	(4.283)	(8.196)	-	-
Total	8.149	8.418	985	4.755

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$63.543 em 30 de junho de 2023 (R\$66.187 em 31 de dezembro de 2022), conforme mencionado na nota explicativa nº15.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão contingências cíveis	64.849	64.905
Provisão contingências trabalhistas	10.486	10.486
Provisão contingências ambientais	-	4.500
Total Provisões	75.335	79.891
Total Depósitos dados em garantia	(113.608)	(116.551)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(38.273)	(36.660)

Em 30 de junho de 2023 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$241.638 (R\$668.002 em 31 de dezembro de 2022).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.



Notas Explicativas

c. Contingências ambientais

Anteriormente, haviam provisionados danos ambientais no montante de R\$4.500, em conformidade com o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em relação ao deslizamento dos taludes da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI), que recebe efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição.

Considerando que já ocorreram praticamente todas as indenizações cabíveis, tal provisão foi desfeita nesse ano e o valor de contingências ambientais encontra-se zerado.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados em perdas possíveis ou remotas.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

a. Plano CASANPREV

Em 30 de junho de 2023 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$25.125 (R\$25.125 em 31 de dezembro de 2022).

Administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

b. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017. As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	30/06/2023	31/12/2022
PDVI 2017 – Passivo Circulante	89.696	85.872
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	160.515	195.678
Total PDVI	250.211	281.550



Notas Explicativas

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e a acionista CELESC.

Conta a receber de clientes

Circulante	30/06/2023	31/12/2022
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	5.516	5.344
CELESC	59	44
Total de contas a receber dos acionistas	5.575	5.388

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores e Empréstimos a acionista

Não circulante	30/06/2023	31/12/2022
CELESC (energia elétrica)	9.279	9.003
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	9.279	9.003
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	12.574	18.268
Total empréstimos a pagar para acionistas	12.574	18.268
Total de Partes Relacionadas no Passivo	21.853	27.271

Resultado das operações com acionistas

	30/06/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços prestados	18.878	34.302
Custos com Energia Elétrica	(63.284)	(129.918)
Juros de empréstimo com acionista (BNDES)	(681)	(1.408)
Resultado	(45.087)	(97.024)

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 150 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2024. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 30 de junho de 2023, no montante R\$15.433, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.



Notas Explicativas

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 30 de junho de 2023 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.118.641 em 30 de junho de 2023 (R\$1.118.641 em 31 de dezembro de 2022), representado por 949.739.585 ações (949.739.585 ações em 31 de dezembro de 2022). São 473.629.304 ações ordinárias (473.629.304 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022) todas nominativas e sem valor nominal, e 476.110.281 ações preferenciais (476.110.281 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2022) todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Acionistas	30/06/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	416.862.899	419.286.572	836.149.471
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Demais Acionistas	53.154	45.531	98.685
Total de ações	473.629.304	476.110.281	949.739.585

Acionistas	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	415.125.668	419.284.388	834.410.056
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	1.733.389	2.185	1.735.574
Demais Acionistas	56.996	45.530	102.526
Total de ações	473.629.304	476.110.281	949.739.585



Notas Explicativas

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

O Governo do Estado de Santa Catarina realizou um aporte de R\$30.000, bem como destinou seu dividendo a receber no valor de R\$19.235 para AFAC. O valor de AFAC, do Governo do Estado, em 30 de junho de 2023 é de R\$135.898 (R\$86.663 em 31 de dezembro de 2022).

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 30 de junho de 2023 e 2022 estão apresentadas abaixo:

	30/06/2023	30/06/2022
Tarifas de água	681.448	558.769
Tarifas de esgoto	183.290	146.499
Outras receitas de serviços de água	9.629	7.868
Outras receitas de serviços de esgoto	57	48
Total do faturamento	874.424	713.184
Impostos sobre vendas e outras deduções	(83.487)	(67.495)
Total receita líquida	790.937	645.689

26. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30/06/2023	30/06/2022
Salários e encargos*	235.736	232.863
Materiais	61.030	43.873
Serviços de terceiros**	171.249	167.968
Gerais e tributárias	25.347	21.648
Depreciações, amortizações e provisões	95.629	53.801
Amortização direito de uso de bem	10.146	6.265
Perda de Ajuste a Valor Justo	-	-
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	19.886	13.141
Recomposição de pavimentação	16.050	7.085
Fundos para programas municipais***	37.039	26.278
Total	672.112	572.922

*Contas de salários e encargos obteve incremento significativo em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

** Contas de serviços de terceiros obteve aumento do custo dos serviços prestados referente a inflação do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

*** Conta Fundos para programas municipais obteve um incremento em função das revisões contratuais dos Contratos Programas. Estes estarão compondo os custos da próxima revisão tarifária da Companhia.

27. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	30/06/2023	30/06/2022
Salários	89.753	78.023
Férias, Abono e 13º Salário	25.884	23.008
Custos previdenciários	40.726	35.713
FGTS	10.555	9.149
Programa de alimentação	20.100	18.597
Programa de saúde	16.307	14.472
Gratificações	15.787	13.820
PDVI – Demissão voluntaria incentivada	12.371	36.526
Outros benefícios	4.253	3.555
Total	235.736	232.863
Número de empregados	2.603	2.573

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 30 de junho de 2023 e 2022 está apresentado abaixo:

	30/06/2023	30/06/2022
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	608	2.271
Juros ativos	1.626	2.131
Rendimento de aplicações financeiras	4.839	4.178
Acréscimos por inadimplências contratuais	-	-
Ganho com recuperação de crédito	-	-
Outros	11.811	6.584
Total Receitas Financeiras	18.884	15.164
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(100.897)	(67.164)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	19.387	35.560
Outras	(8.989)	(2.493)
Total Despesas Financeiras	(90.499)	(34.097)
Resultado Financeiro Líquido	(71.615)	(18.933)



Notas Explicativas

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 30 de junho de 2023, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	30/06/2023	30/06/2022
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	72	472
Comissão prestação de serviços/convênios	532	464
Reversão Causas trabalhistas	47	-
Reversão Causas cíveis	453	2.677
Reversão Causas ambientais	4.500	-
Vendas de bens do imobilizado	790	-
Contribuições e doações	566	885
Outras	19	55
Total Outras Receitas Operacionais	6.979	4.553
Outras despesas operacionais		
Baixa de imobilizado	(176)	(253)
Fiscais e tributárias	(245)	(476)
Causas ambientais	-	-
Causas trabalhistas	-	(1.099)
Causas cíveis	-	-
Total Outras Despesas Operacionais	(421)	(1.828)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	6.558	2.725

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 30 de junho de 2023 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$75.832. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 598 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 31 de julho o Governo do Estado fez novo aporte de R\$30.000 para futuro aumento de capital. De 30 de junho de 2023 até a data de publicação destas demonstrações, não ocorreram outros eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3“h” e 21 “a”)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 30 de junho de 2023 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 25.125 mil. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esses assuntos.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada (Nota Explicativa 3“h” e 21 “b”)

A Companhia possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 30 de junho de 2023, a Companhia apresenta a título de obrigações com o PDVI o montante de R\$ 250.211 mil, Passivo Circulante e Não Circulante. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esses assuntos.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 02 de agosto de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da CASAN relativas ao 2º ITR encerrado em 30 de junho de 2023.

Florianópolis, 07 de agosto de 2023.

Laudelino de Bastos e Silva
Diretor Presidente

Natan Marcondes Monteiro Osorio
Diretor Administrativo

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S no relatório apresentado sobre as demonstrações financeiras de 2023 encerrado em 30 de junho de 2023.

Florianópolis, 07 de agosto de 2023.

Laudelino de Bastos e Silva
Diretor Presidente

Natan Marcondes Monteiro Osorio
Diretor Administrativo

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão